



CONGRESO INTERNACIONAL  
**CONTEMPORÁNEAS: POLÍTICAS, TRABALLADORAS  
E CONSTRUTORAS DE SOCIEDADE**

Santiago de Compostela, 20 e 21 de Outubro de 2022

Versión preliminar para uso exclusivo neste congreso. Non citar sen autorización do autor.

**TÍTULO**

**Subtítulo**

**Autor/a**

Ana Sofia Ferreira

Constantino Piçarra

(Universidade Nova de Lisboa)

(Portugal)

(anaferreira@fcs.unl.pt)

**SESIÓN Nº 1: Mulleres e política**

---

**Resumo:** A República depois de proclamada não vai responder às reivindicações do movimento operário, com isto se divorciando da base popular que a tinha ajudado a triunfar. Nos campos e nos centros urbanos do Sul desenvolvem-se, por todo o período de vigência da I República, poderosas lutas protagonizadas pelo operariado, pelos trabalhadores do campo e pelo sector de serviços por aumentos salariais, redução do horário de trabalho, contra a carestia decorrente

Congreso internacional

## CONTEMPORÁNEAS: Políticas, traballadoras e construtoras de sociedade

Santiago de Compostela, 20-21 Outubro 2022

da I Guerra Mundial e, mais tarde, na década de 1920, pela viabilidade de uma solução governativa à esquerda.

Em todas estas movimentações populares, cuja direcção é hegemónizada pelos homens, as mulheres não só estão presentes, casos das lutas contra a carestia de 1916, 1917 e 1918 e das lutas reivindicativas da década de 1920 (greve dos mineiros de Aljustrel) como, inclusivamente, desenvolvem lutas autónomas de que é exemplo a luta das costureiras de Beja pela redução do horário de trabalho e aumento salarial, em 1914.

O objectivo da comunicação é, pois, analisar o papel que as mulheres desempenham neste conjunto de lutas que decorrem a Sul, de 1910 a 1926, relacionando-as com o estatuto que lhes é reservado pelas ideologias republicana, socialista, anarco-sindicalista e anarquista de raiz tolstoiana, dominantes no movimento operário neste período.

2

**Palabras chave:** motins, greves, traballadoras rurais, Portugal



## 1 - Introdução

Até à implantação da República, nos campos do Sul, mais concretamente até às greves rurais de 1910/1911, as lutas dos trabalhadores rurais assumem o carácter de criminalidade e de banditismo, entendendo-se por estes conceitos comportamentos que violam a lei estabelecida pelo que são punidos.

De entre estes atos destacam-se os ataques à propriedade, traduzidos essencialmente na "Vadiagem", no "Roubo", no "Fogo Posto" e na "Destruição de Máquinas".

Os vadios dos campos do Sul são homens, situados, sobretudo, na faixa etária entre os 25 e os 30 anos. Albert Silbert define-os como uma "classe de homens sem domicílio fixo, sem profissão, que vivem às custas dos lavradores"<sup>1</sup>. Durante a I República e primeiros anos do Estado Novo vão ser conhecidos por "malteses". Esta vadiagem é considerada a base de toda a outra criminalidade. A imprensa local faz eco da presença destes malteses associando-os a roubos. "É por demais o desaforo desses vagabundos, que aos bandos assaltam os montes e ali exigem o sustento diário. A maltalaria usa agora um estratagema: munidos de uma foice, andam de monte em monte a pedir trabalho, que eles sabem não existir. Mas pedem também comida e, se esta lhe é recusada, ameaçam os lavradores de grande prejuízo". Eis como o jornal "Folha do Sul", de 19 de janeiro e 1 de julho de 1911, descreve a ação destes vagabundos.

Tomando por referência os crimes de vadiagem punidos no quinquénio de 1891 a 1895<sup>2</sup> verifica-se que nos campos do Sul (distritos de Évora, Beja e Portalegre) são referidos 290 destes crimes, dos quais só 1 praticado por mulher. Situação bem diferente da que ocorre nos grandes centros urbanos, caso de Lisboa onde no mesmo período são sinalizados 2086 crimes por vadiagem, 139 dos quais referentes a mulheres. Num total de 3351 crimes punidos por vadiagem, 8,65% ocorrem nos campos do Sul. A discrepância é grande. No entanto, se retirarmos ao total nacional os números referentes a Lisboa e Porto, verifica-se que dos restantes 566 crimes, 290, ou seja, 52,16% ocorrem nos três distritos do Alentejo, facto bem revelador do peso, neste território, da chamada vagabundagem na revolta social latente quando comparada com o todo nacional. Por exemplo, Évora é o terceiro distrito com mais punições de crimes por vagabundagem, vindo logo a seguir a Lisboa e Porto.

Por outro lado, é de assinalar o papel residual, quase nulo, das mulheres nesta manifestação de revolta social em todo o país, mas de contornos ainda mais nítidos nos campos do Sul.

---

<sup>1</sup> Cf. SILBERT, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'ancien régime XVIII - début du XIX siècle - Contribution à l'histoire agraire comparée*, Paris, 1966, pp. 822-838.

<sup>2</sup> Os dados estatísticos referidos são retirados de LOPES, Alfredo Luís, *Estudo Estatístico da Criminalidade em Portugal nos Anos de 1891 a 1895*, Lisboa, 1897.

**CONTEMPORÁNEAS: Políticas, traballadoras e construtoras de sociedade**

Santiago de Compostela, 20-21 Outubro 2022

Em articulação estreita com a vadiagem encontra-se o roubo que, pelas características clandestinas de que se reveste, escapa às estatísticas, sendo, por isso, difícil de quantificar e analisar, mas, no entanto, significativo, com os proprietários agrícolas a sinalizarem que o "roubo dos frutos, lenhas e matos é bastante frequente e feito em condições de muito difícil prova quanto à pessoa ou pessoas delinquentes"<sup>3</sup>.

A leitura da imprensa local permite, contudo, perceber que o roubo nos campos do Sul, acompanha as crises de trabalho, pelo que é mais intenso no inverno, época do ano de maior desemprego, pelo que está associado à sobrevivência dos trabalhadores agrícolas. Os dados estatísticos do estudo que vimos citando referentes ao quinquénio de 1891a 1895 mostram que, em termos percentuais, quer a nível nacional, quer nos campos do Sul a participação das mulheres neste tipo de ação considerada criminoso, embora reduzido, é muito superior à sua integração nas ações de revolta social consideradas de vagabundagem. Dos crimes de roubo punidos no período considerado, 22,68%, a nível nacional, reportam-se a mulheres, sendo a percentagem nos três distritos do Alentejo de 10,77%, quando no que diz respeito à vagabundagem se resume, nesta região, a uma mulher punida.

Se se sabe pouco sobre a autoria dos roubos, ainda menos se sabe sobre os executantes do fogo posto, apesar deste desempenhar um papel importante na luta social dos trabalhadores rurais dos campos do Sul, funcionando como ameaça no quadro da luta por melhores salários ou como vingança em relação às injustiças praticadas pelos grandes proprietários. Por exemplo, aquando da greve rural no Alto Alentejo, em 1911, os trabalhadores em luta por melhores salários ameaçavam os proprietários de lhes ceifarem as searas com "uma foice de 10 réis", o preço de uma caixa de fósforos<sup>4</sup>.

Embora não existam dados estatísticos sobre este tipo de crime, também neste aspeto a participação das mulheres seria residual.

A destruição da maquinaria agrícola é outro dos aspetos do ataque à propriedade no quadro da luta social dos assalariados rurais dos campos do Sul pelo emprego, uma vez que a mecanização agrícola contribuía para o aumento do desemprego e para os baixos salários. Como refere um lavrador, a ceifeira de Mac-Cormick, utilizando dois bois e dois homens, faz num dia o correspondente a 36/40 foices<sup>5</sup>.

Também nesta forma de luta, vista como crime, e sinalizada em vários textos oitocentistas<sup>6</sup> as mulheres estão ausentes.

Pode-se, pois concluir, que o advento da I República, a 5 de outubro de 1910, encontra a mulher praticamente ausente das formas de luta adotadas pelos assalariados

---

<sup>3</sup> Cf. *Documentos Relativos ao Primeiro Congresso Agrícola Celebrado em Lisboa em Fevereiro de 1888*, Lisboa, 1888, pp. 91-92.

<sup>4</sup> Cf. PEREIRA, José Pacheco, *Conflitos nos Campos do Sul de Portugal*, Mem - Martins: Edições Europa-América, 1983, pp. 150-152.

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, p. 152.

<sup>6</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, p. 152.

rurais dos campos do Sul, as quais se revestem das características acabadas de enunciar, onde sobressai a ausência de movimentos sociais, realidade bem diferente das movimentações camponesas no Norte do país, caso da "Revolta da Maria da Fonte" onde as mulheres desempenham um papel importante, e dos motins e greves ocorridos no mundo urbano, casos, por exemplo, da greve geral de Coimbra, de março de 1903, contra a carestia; da greve dos tecelões do Porto, de maio do mesmo ano, envolvendo cerca de 30 mil trabalhadores; a greve dos metalúrgicos de Lisboa, de 7 de dezembro de 1903 a 11 de fevereiro de 1904, a greve dos tipógrafos de Lisboa, de 1904; a greve na indústria conserveira de setúbal, de 1905; a greve dos têxteis da Covilhã do mesmo ano, com uma participação ativa das mulheres, e a greve dos corticeiros na véspera da proclamação da República<sup>7</sup>.

## **2 - As greves rurais de 1910/1911, 1911 e 1912**

### **2.1 - A greve do inverno de 1910/1911**

Proclamada a República, o processo de constituição das associações de classe dos trabalhadores rurais intensifica-se nos campos do Sul, embora só se generalize a partir de janeiro de 1912 por ação de uma delegação da Comissão Executiva do Congresso Sindical que se desloca de Lisboa ao Alentejo, chefiada por Carlos Rates, anarco-sindicalista, mais tarde um dos fundadores do PCP (Partido Comunista Português) e seu primeiro secretário-geral, o que desemboca na realização do I Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Évora, no verão de 1912.

Em simultâneo com a formação destas primeiras associações de classe no período imediatamente a seguir ao 5 de outubro de 1910<sup>8</sup>, de que são exemplo as de Vendas Novas, Coruche, Évora e Ferreira do Alentejo<sup>9</sup>, surgem manifestações de trabalhadores rurais que vão da greve por aumentos salariais até às manifestações solicitando trabalho.

José Pacheco Pereira, a partir da consulta da imprensa da época, inventaria nos campos do Sul, de 5 de outubro de 1910 a janeiro de 1911, manifestações de trabalhadores agrícolas em 17 localidades diferentes (Quadro I), facto bem revelador de uma alteração profunda nas movimentações sociais no Alentejo, cujo ponto de viragem é o derrube da monarquia.

---

<sup>7</sup> CABRAL, Manuel Villaverde, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa: Editorial Presença, 1977. pp 34 - 47.

<sup>8</sup> As associações de classe dos trabalhadores rurais não surgem com a República pelo que algumas delas são anteriores, resultando a sua constituição da iniciativa quer de dirigentes locais do Partido Republicano, quer de membros do Partido Socialista, como são os casos da de Serpa, formada em 1909, que tem como grande impulsionador o médico republicano António Benevenuto Ladislau Piçarra, e a de Beja fundada, em 1901, pelo socialista Francisco Pedro Galinoti, comerciante, e pelos assalariados rurais Jacinto Amado Virtuoso e Joaquim Pedro Moisão.

<sup>9</sup> ROCHA, Francisco Canais, LABAREDDAS, Maria Rosalina, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo: Ocupações de terras no Vale de Santiago*, Lisboa: Edições 1 de Outubro, 1982, p. 24.

Congresso internacional  
**CONTEMPORÁNEAS: Políticas, trabalhadoras e construtoras de sociedade**  
Santiago de Compostela, 20-21 Outubro 2022

QUADRO I

**Movimentações dos assalariados rurais dos campos do Sul de 5 de outubro de 1910  
a janeiro de 1911**

Localidade	Data	Tipo de conflito	N.º de trabalhadores envolvidos	Objetivos	Observações
1. Barrocal	Outubro / 1910	Invasão de coutada			
2. Amareleja	13/11/1910	Greve		Pedido de salário de 300 réis	
3. Moura	22/11/1910	Greve	200	Pedido de aumento de salário	
4. Arronches	28/11/1910	Greve com bloqueio da vila		Pedido de salário de 320 réis	Conflitos posteriores ao acordo salarial.
5. Cabeço de Vide	?	Greve			
6. Reguengos	05/12/1910	Agitação (reuniões)	Grande número	Pedido de salário de 360 réis	
7. Santiago do Escoural	?	Reuniões, pedido de solução para a crise de trabalho			
8. Portel	Dezembro / 1910	Greve			
9. Elvas	05/01/1911	Greve	Mais de 1000	Pedido de salário de 200 réis	Violência durante a greve.
10. Barbacena	09/01/1911	Greve			
11. Estremoz	?/01/1911	Manifestação	800		Incidentes com o exército.
12. Degolados	13/01/1911	Greve			

**CONTEMPORÁNEAS: Políticas, trabalhadoras e construtoras de sociedade**

Santiago de Compostela, 20-21 Outubro 2022

13. Veiros	18/01/1911	Greve	Mais de 500		Incidentes. Prisões.
14. Fronteira	21/01/1911	Greve	500		
15. Campo Maior, Crato, Elvas e Arronches	?/01/1911	Greve, incidentes		Protestos contra baixos salários	
16. Évora Monte	?/01/1911	Manifestações		Pedido de trabalho.	
17. Santa Eulália	?/01/1911	Incidentes			

Fonte: José Pacheco Pereira, *Os Conflitos Sociais nos campos do Sul de Portugal*, Lisboa: Publicações Europa América, s.d., pp. 32 e 33.

De facto, o advento da República foi esperado pela classe trabalhadora em clima de grande expectativa. A esperança da chegada de uma vida melhor saiu, contudo, frustrada. É certo que o Governo Provisório aboliu os direitos da nobreza; que avançou com uma reforma do ensino; que reorganizou as universidades; que estabeleceu o casamento civil. No entanto, não respondeu às reivindicações dos trabalhadores que tinham ajudado ao seu triunfo. Daqui a explicação para este primeiro surto de lutas dos assalariados rurais do Alentejo que, dado o estado embrionário da sua organização, se caracterizam pela sua espontaneidade.

Os relatos da imprensa da época não nos permitem tirar conclusões acerca do grau de participação da mulher nestas movimentações nos campos do Sul que ocorrem no inverno de 1910/1911, o que dá a entender que os protagonistas são unicamente os homens trabalhadores rurais. Por outro lado, o que sabemos é que as mulheres não integram as associações de classe que se vão constituindo, pelo que não irão desempenhar qualquer papel de relevo na grande greve de junho de 1911, circunscrita, no fundamental, ao distrito de Évora, que, embora sucedânea dos movimentos sociais ocorridos no inverno de 1910/1911, é preparada e concretizada pelas associações de classe dos trabalhadores agrícolas.

## 2.2 - A greve do verão de 1911

A greve de Junho de 1911 coincide com o movimento de consolidação do sindicalismo nos campos do Sul, possuindo uma direção centralizada, que abrange quase todo o distrito de Évora, foi uma derrota para os agrários e impulsionou a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais.

No mês anterior, a Associação de Trabalhadores Rurais tinha reclamado ao Sindicato Agrícola um aumento dos salários e a redução do horário de trabalho: 800

**CONTEMPORÁNEAS: Políticas, traballadoras e construtoras de sociedade**

Santiago de Compostela, 20-21 Outubro 2022

réis/dia nas ceifas; uma hora para almoço; duas horas para o jantar; meia hora para a merenda; largada do trabalho ao sábado às 16.30. A Associação propunha-se igualmente a baixar o valor do salário para os 400 réis/dia se fosse garantido o trabalho durante todo o ano, o que mostra como as questões do combate ao desemprego nos campos são centrais nas lutas dos trabalhadores agrícolas. O Sindicato não aceitou a proposta, argumentado que deveria continuar a funcionar a lei da oferta e da procura na fixação dos salários, o que levou a Associação de Trabalhadores Rurais a convocar a greve, numa reunião realizada na noite de 31 de Maio<sup>10</sup>. Rapidamente, os trabalhadores agrícolas se mobilizaram e, ainda nessa madrugada, cerca de 500 camponeses percorreram os campos a distribuir um manifesto e a apelar à adesão de outros trabalhadores. À cidade de Évora começaram a afluir trabalhadores das localidades próximas, procurando convencer os trabalhadores da cidade a aderirem à greve por solidariedade. Ao princípio da noite, todo o operariado de Évora tinha aderido à greve<sup>11</sup>. No dia 1 de Junho mais de 15 000 grevistas já se encontravam em Évora, enquanto os delegados da Associação de Trabalhadores Rurais pediam prudência e ordem e as autoridades respondiam com a requisição de polícias e da tropa para patrulhar a cidade, dispersar os grevistas e cercar a cidade impedindo a entrada de mais trabalhadores agrícolas. Porém, a greve já se tinha estendido para outras localidades, como Reguengos, Arraiolos, Mora, Viana do Alentejo, Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Redondo, com os camponeses a mobilizarem-se nas localidades de origem por não conseguirem ir a Évora.

No comício de dia 2 de Junho, onde na presidência não estava qualquer trabalhador rural, era aprovada uma moção, que ficaria conhecida como a Tabela de Évora, que fixava o salário mínimo de 700 réis/dia para o período fora das ceifas, 500 réis/dia de Janeiro a Abri e 400 réis/dia para o mês de dezembro. Nesta Tabela ficou também estabelecido que as mulheres ganhariam menos 200 réis/dia do que os homens, continuando a discriminação salarial em relação ao género feminino.

Por seu lado, os lavradores sentiam-se pressionados pela necessidade de fazer as ceifas e tinham medo de um agravamento dos conflitos sociais. No dia 3 de junho, num comício na Praça de Touros, em que estiveram presentes 16 000 grevistas, os lavradores acabaram por ceder face às reivindicações dos trabalhadores. Segundo dados recolhidos por Pacheco Pereira, nesse dia, nos campos só ficaram as mulheres, as crianças e os piquetes de greve, o que mostra que as mulheres estavam completamente arredadas deste movimento reivindicativo, não tendo participado ativamente nas greves.

---

<sup>10</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem-Martins: Edições Europa-América, 1983, p.38

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*, p. 39.



Congresso internacional  
**CONTEMPORÂNEAS: Políticas, trabalhadoras e construtoras de sociedade**  
 Santiago de Compostela, 20-21 Outubro 2022  
**Tabela de Évora, aprovada a 3 de Junho de 1911**

Reivindicações	Proposta dos grevistas	Contraproposta dos lavradores	Tabela de Évora
Salários (em réis) Maio – Agosto - Setembro	700	Idem	700
Salários (em réis) Dezembro	400	Idem	400
Salários (em réis) Janeiro - Abril	500	Idem	500
Abolição do trabalho noturno	Sim	Sim	Não foi apreciada
Largar dos trabalhos aos sábados	Com ¼ de dia	Aceite, exceto nas sementeiras	Não aceite
Data do pagamento	Antes de largarem o trabalho	No sábado ou à largada do trabalho	Idem
Indexação dos salários com o custo de vida	Prevista	Recusada	Idem
Salário feminino	Menos 200 réis que os homens	Aceite	Aceite
Condições preferenciais de emprego	Aos trabalhadores da região	Idem	Prejudicada pela hora do comício

Fonte: PEREIRA, José Pacheco, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem-Martins: Edições Europa-América, 1983, pág. 44

### 2.3 - A greve de janeiro de 1912

A greve de janeiro de 1912 é uma consequência dos acordos feitos em junho do ano anterior, uma vez que muitos lavradores se recusavam a cumprir a Tabela de Évora e a pagar o salário definido, a que acrescia os tradicionais conflitos com as invasões dos baldios e a habitual crise de trabalho durante o Inverno, o que contribuiu para um clima de grande conflitualidade nos campos. Assim, no dia 13 de Janeiro, a Associação de

Trabalhadores Rurais decidiu convocar a greve. As autoridades rapidamente colocaram as tropas na rua, cercando a cidade de Évora. Cerca de 50 operários, trabalhadores rurais e corticeiros foram presos e a Associação de Trabalhadores Rurais e todas as associações que apoiavam os grevistas foram encerradas. Enquanto a cidade de Évora era cercada pelas forças militares, cerca de 20.000 trabalhadores de ambos os sexos se dirigiam para Évora, procurando entrar na cidade, o que rapidamente conseguiram, apesar de todos os obstáculos. As mulheres ganhavam protagonismo na liderança dos cortejos de trabalhadores que percorriam as ruas da cidade. Cerca de 100 mulheres vão mesmo liderar um cortejo de mais de 2000 trabalhadores rurais, e, empunhando bandeiras brancas enfrentaram as tropas de cavalaria que em vão tentavam desmobilizar a manifestação.

Por iniciativa do governador civil de Évora, a 24 de janeiro desenvolve-se uma repressão brutal sobre os trabalhadores, da qual resultam vários feridos, um morto e muitos presos, mais um acontecimento que irá fazer aumentar o fosso entre o operariado e a República. No rescaldo da luta, a 28 de janeiro, é convocada uma greve geral de apoio aos trabalhadores de Évora, que no entanto não é seguida em todo o Alentejo, sobretudo nos locais onde o movimento operário é dominado pelo Partido Socialista, caso de Beja, onde a Associação de Classes Mistas dos operários Bejenses não adere à greve.

### **3 - O I e II Congresso dos trabalhadores rurais**

A 22 de Janeiro chegava a Évora uma delegação da Comissão Executiva do Congresso Sindical, composta por jovens operários influenciados pelo sindicalismo revolucionário, que se vão opor à liderança dos socialistas no seio do movimento sindical e dar um novo impulso às lutas sociais na I República. A sua chegada a Évora marcava o fim do isolamento do movimento sindical rural em relação do movimento sindical urbano. É também o momento de apogeu da greve, que extravasa o distrito de Évora, verificando-se, em 23 de Janeiro, que estavam em greve cerca de 50 000 trabalhadores agrícolas<sup>12</sup>.

Estes jovens sindicalistas revolucionários, chefiados por Carlos Rates, irão fazer uma *tournee* pelo Alentejo e Ribatejo para divulgar o sindicalismo revolucionário e apoiar a organização dos sindicatos rurais, que se irão agrupar na Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, criada no âmbito do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais, que se realizou, em Évora, nos dias 25 e 26 de Agosto de 1912. No Congresso estiveram presentes 29 sindicatos, representando 12 525 trabalhadores rurais alentejanos<sup>13</sup>. A sessão que iniciou os trabalhos foi presidida por Manuel Ferreira Quartel, delegado da Associação de Trabalhadores Rurais de Coruche, secretariado por Carlos Rates, delegado da Comissão Executiva do Congresso Sindicalista, e João Bernardo Alcanena, delegado da União dos Sindicatos de Évora<sup>14</sup>. A principal conclusão do Congresso foi a

---

<sup>12</sup> PEREIRA, José Pacheco, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem-Martins: Edições Europa-América, 1983, pp. 68-69

<sup>13</sup> VENTURA, António, *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo*, Lisboa: Seara Nova, 1976, pág. 41

<sup>14</sup> Idem, *Ibidem*, p. 42.

necessidade de fundar a Federação Corporativa dos Trabalhadores Rurais, em que estariam representadas as várias associações sindicais, reorganizando assim todo o sindicalismo rural alentejano.

Não existem referências à participação de mulheres no Congresso, tendo sido os delegados apenas homens e não havendo qualquer mulher convidada para participar nas sessões, o que demonstra o distanciamento que existia entre as mulheres e o sindicalismo. Este permanecia como um reduto dos homens, evidenciando a atitude sexista que percorria todo o sindicalismo europeu do início do século e que teve ecos no sindicalismo português, que tinha uma atitude muito negativa em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho.<sup>15</sup>

Todavia, na imprensa da época há referências a protestos protagonizados por mulheres nesse mesmo ano de 1912. No jornal *O Sindicalista*, de 8 de Dezembro, é relatado que entre Montalvão e Niza, seis mulheres, devido à miséria e fome provocadas pela crise do trabalho que atingia os campos alentejanos, foram comprar pão amassado a Espanha e foram presas pela Guarda Fiscal, alegadamente por terem trazido mais quantidade de pão do que o que estipulava a lei. O mesmo artigo menciona que no final do Inverno anterior, protestos de mulheres ocorreram por idênticos motivos de falta de pão<sup>16</sup>.

No ano seguinte, decorreu outra vez na cidade de Évora, nos dias 5, 6 e 7 de Abril de 1913, o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em que estiveram presentes 132 delegados, representando 66 associações sindicais, o que demonstra um crescimento do sindicalismo, sendo todos os delegados novamente homens. Contudo, desta vez já aparece referência à presença de mulheres. Segundo relatos do jornal *Trabalhador Rural*, uma grande multidão, composta sobretudo por mulheres, encheu a sala de sessões do Congresso e todo o Terraço da Casa Sindical para ouvir a conferência proferida por Lucinda Tavares, que versou sobre o papel educativo dos sindicatos operários, defendendo a importância da luta pela educação e a constituição de Universidades Populares. É mencionado que no final da conferência, Lucinda Tavares foi aclamada pela assistência. Lucinda Tavares tinha sido especialmente convidada, juntamente com Afonso Manaças, Edmundo d'Oliveira e Sobral de Campos, para participar como conferencista. No Congresso foi também deliberado que as mulheres poderiam entrar para

---

<sup>15</sup> ALVES, Paulo Marques, “A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal”, in *Revista Online do Museu dos Lanifícios da Beira Interior*, <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf> [Acedido a 3/10/2022]

<sup>16</sup> VENTURA, António, *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo*, Lisboa: Seara Nova, 1976, p. 91

os sindicatos mediante o pagamento de uma quota mensal de 50 réis, sem outros encargos, abrindo assim a possibilidade de as mulheres se sindicalizarem<sup>17</sup>.

Não temos dados que nos permitam verificar o número de mulheres sindicalizadas nos sindicatos rurais. No entanto, nos estudos feitos para outras Associações de Classe verifica-se a participação de mulheres, integrando os sindicatos como sócias, podendo o seu número atingir um carácter marginal ou constituir-se como uma imensa minoria no seio de uma associação, sobretudo, nos setores da indústria têxtil e alimentar, saúde e educação<sup>18</sup>.

A partir da segunda metade de 1913, inicia-se um declínio das atividades sindicais entre os trabalhadores rurais do Alentejo, embora se continue a verificar um descontentamento generalizado motivado pelo desemprego e pelas más condições de trabalho no campo, destacando-se as movimentações contra a carestia<sup>19</sup>.

A fragilidade da organização dos sindicatos rurais, com uma atividade circunscrita a um número reduzido de ativistas, cuja ação se prende, no essencial, com a ligação à Federação, com sede em Évora, aliada à repressão que se abate sobre as organizações dos trabalhadores, com a prisão dos seus dirigentes e encerramento de sedes, conduz ao recuo do movimento social dos assalariados rurais e ao definhamento dos sindicatos. Temos de esperar pelo ano de 1916 para que um novo surto de lutas surja, desta vez ligado à carestia de vida no contexto da entrada de Portugal na Guerra.

#### **4 - A luta das operárias costureiras de Beja**

Embora no Alentejo, após a proclamação da República, a luta dos trabalhadores esteja ligada ao campo, onde exerce atividade a esmagadora maioria da população residente, que é analfabeta (Quadro II), com especial incidência nas mulheres - 51,34% de analfabetas contra 48,66% de homens - (quadro III), os centros urbanos, nomeadamente as capitais de distritos, Beja, Évora e Portalegre, albergam outras atividades económicas, com destaque para o comércio e para a existência de uma grande diversidade de oficinas, com um número reduzido de operários por ramo de atividade, característica configuradora da indústria do Alentejo. Tanto assim é que a par de associações de classe como a dos sapateiros, dos trabalhadores rurais ou dos empregados do comércio, surge uma estrutura organizativa a que é dado o nome de

---

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 109-115.

<sup>18</sup> Alves, Paulo Marques, “A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal”, in *Revista Online do Museu dos Lanifícios da Beira Interior*, <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf> [Acedido a 3/10/2022]

<sup>19</sup> VENTURA, António, *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo*, Lisboa: Seara Nova, 1976, p. 171.

## QUADRO II

### Grau de Instrução da População Residente no Alentejo em 1911

Distritos	Analfabetos	Sabendo ler e escrever	Total
Beja	161 232 (84,02%)	30 667 (15,98%)	191 899 (100%)
Évora	119 005 (80,25%)	29 290 (19,75%)	148 295 (100%)
Portalegre	115 749 (81,99%)	25 432 (18,01%)	141 181 (100%)
Total	395 986 (82,26%)	85 389 (17,74%)	481 375 (100%)

Fonte: Censos de 1911

Associação de Classes Mistas, cujo objetivo é integrar os operários oriundos de atividades que, por terem poucos trabalhadores, impossibilitam a constituição de uma associação de classe autónoma.

## QUADRO III

### Grau de Instrução da População Residente no Alentejo em 1911 por sexo

Distritos	Analfabetos Homens	Analfabetos Mulheres	Total
Beja	79 174 (49,11%)	82 058 (50,89%)	161 232 (100%)
Évora	58 336 (49,02%)	60 669 (50,98%)	119 005 (100%)
Portalegre	55 186 (47,68%)	60 563 (52,32%)	115 749 (100%)
Total	192 696 (48,66%)	203 290 (51,34%)	395 986 (100%)

Fonte: Censos de 1911

É assim que em Beja, em 4 de Dezembro de 1910, por iniciativa do Partido Socialista, a força hegemónica no seio do operariado da cidade até ao fim da I Guerra, é criada a Associação de Classes Mistas dos Operários Bejenses.

É esta associação que irá liderar a primeira luta de mulheres no Baixo Alentejo. É a luta das costureiras da cidade de Beja, empregadas nas alfaiatarias e nos ateliers das modistas da cidade, pela redução do horário de trabalho. Enquanto os operários das oficinas e pequena indústria de Beja trabalhavam 10 horas por dia, as costureiras, a maioria com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, praticavam a jornada de trabalho de 12 horas, recebendo, em média, 100 réis, metade do salário das mulheres

trabalhadoras rurais imposto pelos trabalhadores na greve do verão de 1911 no distrito de Évora.

Um grupo destas costureiras, no início do ano de 1913, tornam-se sócias da Associação das Classes Mistas dos Operários Bejenses e, no âmbito desta Associação, pressionam a entidade patronal no sentido da redução do horário de trabalho, conseguindo que este fosse equiparado ao dos operários da indústria, ou seja de 10 horas diárias: de 1 de novembro a 30 de abril, entrada às 9.00h e saída às 20.00 horas, com uma hora de almoço; de 2 de maio a 31 de outubro entrada às 8.00h e saída às 19.00h, com uma hora de almoço.

Até 31 de abril de 1913 o novo horário de 10 horas é cumprido por alfaiates e modistas, mas a partir de 2 de maio a entidade patronal entra em incumprimento, fazendo as costureiras trabalhar mais uma hora, com saída às 20.00h, sem o pagamento da hora extra.

Nesta conjuntura, a comissão de costureiras constituída no âmbito da Associação de classes Mistas dos Operários Bejenses reúne logo neste mês de maio, obriga a direção da associação a exercer pressão junto do Governador Civil e dos donos das alfaiatarias, a maioria também membros do PS, no sentido destes respeitarem o horário de trabalho de 10 horas acordado, o que acontece após reunião, ainda neste mês de maio de 1913, entre a direção da Associação de Classes Mistas e todos os alfaiates da cidade<sup>20</sup>.

Alentadas com esta vitória, no 1.º de Maio de 1914 26 costureiras de Beja, sócias da Associação de Classes Mistas, incorporam-se na manifestação deste dia que, a partir das 13.00 horas, percorre as principais artérias da cidade por entre vivas à classe operária, ao 1.º de maio e à emancipação social<sup>21</sup>. Pela primeira vez na história do Baixo Alentejo, um grupo de mulheres organizadas sindicalmente desfila numa manifestação pública de carácter político clamando pela emancipação social dos trabalhadores.

Neste mesmo dia, e ainda no âmbito das comemorações do 1.º de maio, à tarde, no teatro bejense, discursam o anarquista de matriz tolstoiana, Gonçalves Correia, tendo por tema "a educação e o comunismo", e a socialista Carmo Barão que fala sobre o "ideal socialista". À noite, no mesmo teatro, é a vez da socialista Margarida Marques fazer uma conferência sobre a "emancipação da mulher"<sup>22</sup>.

Enquanto nas lutas que se travam nos campos do Sul, protagonizadas pelos assalariados rurais, as mulheres, trabalhadoras agrícolas, não têm qualquer papel de relevo, nos centros urbanos as coisas passam-se de maneira diferente, não tanto pela participação feminina, que é residual, nas lutas de um movimento operário diminuto, mas, sobretudo, pela presença das mulheres operárias e das classes médias nas manifestações políticas e culturais onde o papel da mulher na sociedade e caminhos para a sua

---

<sup>20</sup> Cf. "*O Operário*", de 25/05/1913.

<sup>21</sup> Cf. "*O Operário*", de 03/05/1914.

<sup>22</sup> Cf. "*O Operário*", de 03/05/1914.

emancipação são discutidos, de que são exemplos os eventos relacionados com as comemorações do 1.º de maio de 1914, em Beja, acabados de referir.

## 5 - A Luta pela subsistência

1916, mas sobretudo 1917, assinalam o recrudescimento das lutas sociais nos campos do Sul. Num contexto de carestia e falta de géneros por efeito da participação de Portugal na I Guerra, o povo trabalhador do Alentejo, acompanhando um movimento que é nacional<sup>23</sup>, desenvolve um conjunto de ações, as quais, atendendo às suas características, apresentam três tipologias: a) Lutas por melhores salários; Levantamentos populares com o objetivo de impedir a saída do trigo e da farinha das localidades, exigindo-se que a sua venda se faça pelo preço tabelado; c) Manifestações de trabalhadores pedindo esmola associadas à apropriação clandestina de bolota nos montados.

A imprensa do distrito de Beja consultada revela-nos um bom retrato destas manifestações sociais, o que nos permite fazer o seguinte inventário:

No que se refere à luta por melhores salários, o semanário "O Porvir", publicado em Beja, ligado ao Partido Democrático, refere que em junho de 1917 está generalizado a todos os concelhos do Baixo Alentejo conflitos em torno do salário entre lavradores e trabalhadores rurais<sup>24</sup>. Brinches e Odemira são dois casos onde ocorrem greves, respetivamente em maio e julho de 1917, onde os assalariados rurais, como resposta à subida do preço do trigo, impõem o salário diário para o período das ceifas de 1 escudo a seco e 600 réis com comida, jornas muito superiores em relação à tabela de 1913, aprovada no 2.º Congresso dos Trabalhadores Rurais. Em Brinches, os proprietários agrícolas ficam ainda obrigados, durante a ceifa, a vender cada dez litros de trigo por 60 centavos<sup>25</sup>.

No que diz respeito aos levantamentos populares contra a saída de géneros, estes também ocorrem de forma generalizada pelo distrito.

Em março de 1917, em Aldeia Nova de S. Bento, o povo amotina-se por não haver farinha e os proprietários agrícolas pedirem preços muito elevados pelo trigo<sup>26</sup>. Em Beja, a 9 e 10 de junho, uma parte do povo trabalhador da cidade vai à estação de caminho-de-ferro e impede a saída quatro mil e setecentos quilos de trigo para o Algarve, apreendendo-o e fazendo a sua entrega à comissão de subsistências da cidade<sup>27</sup>. A 19 do mesmo mês o povo de Baleizão impede a saída de farinha cujo destino era Palmela, confiscando 93 sacos que entregam à Junta da Paróquia desta localidade, exigindo que a farinha fosse vendida ao preço da tabela (12 centavos o quilo). Nesta ação dão-se, no

---

<sup>23</sup> Por todo o país ocorrem assaltos a padarias, lojas, armazéns e celeiros. Em Lisboa os pontos altos destas movimentações ocorrem em maio e outubro de 1917, com a mobilização da Guarda Nacional Republicana e da polícia para reprimir estes assaltos ditados pela fome e da miséria. Cf. "O Século", de 23/10/1917.

<sup>24</sup> Cf. "O Porvir", de 02/06/1917.

<sup>25</sup> Cf. "O Porvir", de 26/05/1917.

<sup>26</sup> Cf. "O Porvir", de 22/03/1917.

<sup>27</sup> Cf. "Ecos do Mira", de 13/06/1917.

**CONTEMPORÂNEAS: Políticas, trabalhadoras e construtoras de sociedade**

Santiago de Compostela, 20-21 Outubro 2022

entanto, confrontos com uma força da Guarda Nacional Republicana (GNR) de que resultam o assassinato de Palmira Graça, de 35 anos e os feridos Gertrudes Balbina, de 20, Joaquim Charôco de 38 e Maria da Graça, viúva<sup>28</sup>. Em Cuba, a 16 de Julho, em virtude da carestia, a população amotina-se, obriga o comércio local a fechar e junta-se nos paços do concelho reclamando medidas das autoridades. Perante esta movimentação popular o administrador do concelho vê-se obrigado a tabelar os géneros por baixo, refugiando-se em seguida em Beja<sup>29</sup>. Neste mesmo dia, em Ferreira do Alentejo, o povo levanta-se praticando distúrbios ao mesmo tempo que impede a entrada e saída de pessoas e produtos da vila<sup>30</sup>. Em Novembro, a população de Pias assalta um armazém de um negociante da localidade, retirando de lá mais de 100 sacas de farinha que entrega à Junta de Paróquia, exigindo ao regedor que a mandasse vender elo preço da tabela<sup>31</sup>.

Em relação à apropriação de produtos agrícolas, em Vidigueira, a 2 de fevereiro de 1917, ocorrem confrontos entre a GNR e trabalhadores desempregados que andam a apanhar bolota de que resulta a morte de dois agentes daquela corporação, ações que coexistem com aquilo que os poderes administrativos apelidam de "semanas mendicantes", em que, grupos de trabalhadores desempregados, no inverno, de xailes pela cabeça, percorrem as ruas das vilas do distrito pedindo esmola<sup>32</sup>.

Dado o potencial destas manifestações evoluírem para ações de total subversão da ordem pública, alguns setores do Partido Democrático, liderados pelo Governador Civil do distrito de Beja, José Joaquim Gomes Vilhena, são impelidos a procurar soluções que minimizem o problema das subsistências. Uma das soluções apontadas por este republicano, em reunião com os representantes das associações de classe dos trabalhadores de Beja, de orientação socialista, que ocorre a 25 de fevereiro de 1917, é a constituição de uma associação de previdência destinada a pagar uma espécie de subsídio de desemprego aos trabalhadores do concelho, especialmente os assalariados rurais durante os meses de inverno<sup>33</sup>.

Esta caixa de previdência teria três fontes de financiamento: uma quota anual paga pelos lavradores na altura das colheitas; uma quota mensal paga pelos trabalhadores nos meses da ceifa e uma contribuição anual atribuída sob a forma de subsídio, no início de cada ano, pelos municípios e juntas de freguesia. O fundo inicial seria constituído pelos lucros da venda da farinha que estava a ser feito pela polícia local.

Independentemente da oposição da Associação dos Trabalhadores Rurais à proposta, na medida em que defende que os assalariados rurais não devem pagar qualquer quota, a ideia morre com a demissão, menos de um mês depois, de José Vilhena do cargo de Governador Civil.

---

<sup>28</sup> Cf. "*O Porvir*", de 23/06/1917.

<sup>29</sup> Cf. "*O Porvir*", de 21/06/1917.

<sup>30</sup> Cf. "*O Porvir*", de 21/06/1917.

<sup>31</sup> Cf. "*O Porvir*", de 22/11/1917.

<sup>32</sup> Cf. "*O Porvir*", de 03/02/1917.

<sup>33</sup> Cf. "*O Porvir*", de 01/03/1917.



Da análise destas movimentações sociais parece-nos possível retirar duas conclusões: A primeira delas é que ao contrário das lutas nos campos do Sul de 1911 e 1912, que possuem uma direção sindical, onde as mulheres não têm participação ativa, agora, neste contexto de luta pela subsistência, o elemento feminino passa a ter uma ação de destaque. Baleizão é um caso bem elucidativo desta maior presença das mulheres, com a repressão a abater-se violentamente sobre elas. A segunda conclusão prende-se com o facto de não haver notícia do povo distribuir entre si o trigo e a farinha apreendidos, o que é revelador, apesar do carácter de motim de que se revestem algumas destas manifestações, duma certa organização e enquadramento por parte das associações de classe dos trabalhadores.

## **6 - A greve geral de 1918 no concelho de Odemira**

No início de 1918 a crise de trabalho agrava-se nos campos do Sul, a que se junta a falta de trigo nos celeiros municipais. O preço do pão, que é escasso, não para de subir. Em Beja é vendido no mês de outubro a 23 centavos o quilo. Segundo o jornal "*O Porvir*", em abril de 1918, há falta de géneros alimentares como o bacalhau, as batatas, o arroz, o feijão, o azeite e o petróleo e os que existem são vendidos a preços exorbitantes, caso do açúcar, a 50 centavos o quilo, mais 10 centavos que o preço da tabela, ou do quilo de carne de borrego 8 tostões, o que em anos anteriores dava para comprar um animal inteiro<sup>34</sup>.

A somar a toda esta crise há, ainda a assinalar os surtos de varíola, o tifo e a pneumónica, grassando esta última com grande intensidade no último trimestre de 1918 no Baixo Alentejo.

Neste contexto de agitação social e de carestia, a União Operária Nacional, onde predominavam os sindicatos e associações de classe anarquistas e sindicalistas revolucionários, convocou uma greve geral para o dia 18 de Novembro de 1918. A greve redundou num fracasso, porém, teve um especial impacto entre os trabalhadores rurais do Alentejo, tendo-se verificado uma grande adesão no distrito de Beja e, especialmente, em Vale de Santiago, concelho de Odemira, onde greve resultou em ocupações de terras e assaltos a celeiros por parte dos trabalhadores que gritavam vivas aos soviets e à revolução social. A repressão foi violenta, com dezenas de grevistas presos e deportados para África. Num livro de Francisco Canais Rocha, Maria Rosalina Labaredas e João Medina, de 1982, são recolhidos vários depoimentos de trabalhadores que participaram nesta greve, nos quais se incluem testemunhos de mulheres que referem a sua participação e a de outras mulheres no movimento grevista, mencionando também que iam às reuniões

---

<sup>34</sup> Cf. "*O Porvir*", de 18/04/1918.

da Associação dos Trabalhadores Rurais do Vale de Santiago e que liam os panfletos clandestinos que circulavam pela vila.<sup>35</sup>

Neste território estava também instalada uma comuna, a Comuna da Luz, na Herdade das Fornalhas Velhas, fundada em 1917 por António Gonçalves Correia, um anarquista tolstoiano, que juntamente com 15 companheiros, incluindo mulheres e crianças fundaram esta comuna, onde a subsistência era assegurada pela atividade agrícola e fabrico de calçado. António Gonçalves Correia foi acusado de ter instigado este movimento no Vale de Santiago, foi preso e a Comuna da Luz dissolvida pelas forças militares.

## 7 - Conclusão

Apesar da mulher desempenhar parte das tarefas realizadas pelo homem na atividade agrícola, casos da monda, ceifa, apanha da azeitona e vindima, ela não integra como sócia as associações de classe dos trabalhadores rurais e, por maioria de razão, as direções destas organizações, também sindicais, dos trabalhadores agrícolas. Por esta razão, embora sejam assalariadas rurais temporárias, mas esta era também a situação dos homens, não participam nas greves rurais dos campos do Sul durante a vigência da I República. Realidade diferente encontramos nos centros urbanos do Alentejo onde, para além de "criada de servir" a outra grande ocupação da mulher, enquanto assalariada é a de costureira, num contexto económico regional onde a fábrica não existe. O caso das costureiras de Beja é a este título bem ilustrativo. A sua integração no movimento associativo de classe não é só bem acolhido pela direção da Associação das Classes Mistas dos Operários Bejenses, como há um efetivo apoio à sua luta pela redução do horário de trabalho.

Nas movimentações sociais contra a carestia e pela subsistência, que têm como palco os centros urbanos, cidades, vilas e aldeias, onde a luta não se faz em torno do salário e do horário de trabalho, reivindicações específicas de classe, as mulheres do povo, assalariadas rurais ou não, estão presentes, participando ativamente nelas, independentemente de serem espontâneas ou de terem por trás uma organização sindical. É, pois, na luta pelo pão, contra a fome na família, pelo sustento, portanto dos seus, filhos e marido, numa espécie de prolongamento da sua ação enquanto mães e "donas de casa" que as mulheres dos campos do Sul se mobilizam, ganhando o espaço público com uma visibilidade marcante.

Neste comportamento diferenciado das mulheres dos campos do Sul, entre outros aspetos, não é estranho o pensamento anarco-sindicalista. que domina nas associações de classe dos trabalhadores rurais do Alentejo, bem como na Federação Nacional dos

---

<sup>35</sup> ROCHA, Francisco Canais, LABAREDDAS, Maria Rosalina, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo: Ocupações de terras no Vale de Santiago*, Lisboa: Edições 1 de Outubro, 1982, p.

Trabalhadores Rurais, no que se refere ao papel, em geral, da mulher na sociedade e no trabalho e, mais especificamente, da mulher assalariada rural.

No 5.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Évora, em 16 e 17 de Dezembro de 1922, onde Gonçalves Correia, fundador da Comuna da Luz, faz uma conferência sobre "A Felicidade de Todos os Seres na Sociedade Futura" e se aprova a socialização integral da terra e a sua entrega aos sindicatos dos trabalhadores rurais para que estes a explorem de forma coletiva, é apresentada a tese intitulada "A Mulher e os Menores na Indústria Rural".

A tese parte de dois considerandos centrais, a saber: 1 - "Como a natureza dotou a mulher da missão de ser mãe e conseqüentemente companheira do homem, é ela que tem a missão de cuidar do lar e educar os filhos"; 2 - "É sem dúvida a mulher um ser mais fraco que o homem fisicamente, não só porque a natureza assim a dotou, mas porque a sua educação é feita de forma a torná-la um ser inferior e de fácil subjugação, originando esse facto da mulher ser mais escravizada que o homem"<sup>36</sup>.

Constatando a tese que o patronato aproveita a mulher nas atividades agrícolas, não porque falem homens para trabalhar, mas porque elas são de mais fácil exploração, sendo ainda uma forma de criar desemprego nos homens e baixar os salários e que no contexto da altura não é possível evitar o trabalho feminino nos campos, o que se defende é uma ação que evite este trabalho ao mínimo, pelo que é proposto "que as mulheres só sejam aproveitadas nos trabalhos da monda, vindimas e apanha da azeitona; que em todos os trabalhos executados por mulheres os seus salários sejam iguais aos do homem e que seja desenvolvida uma forte propaganda de forma a interessar a mulher nos trabalhos domésticos"<sup>37</sup>.

Este quadro ideológico dominante nos sindicatos rurais, os organizadores dos movimentos sociais nos campos do Sul durante a I República, não poderia deixar de influenciar a ação das mulheres nesses movimentos, relegando-as pra um plano residual, de onde estas só emergiam quando a luta surgia como uma espécie de prolongamento da sua atividade enquanto "donas de casa".

A Bibliografia e Fontes consultadas encontram-se em notas de rodapé ao texto.

---

<sup>36</sup> Cf. "A Batalha", de 09/12/1922.

<sup>37</sup> Idem

